

Comentários ao documento

“A Ciência em Portugal” (Comissão Parlamentar de Educação e Ciência”)

O documento elaborado pela **Comissão de Educação e Ciência** da Assembleia da República aborda quatro temas: Financiamento da Ciência, Emprego Científico,, Avaliação em Ciência e Investigação nos Institutos Politécnicos.

Estes comentários são feitos a título pessoal mas reflectem a minha experiência como Director do Laboratório Associado LSRE (Laboratório de Processos de Separação e Reacção) e Professor Catedrático de Engenharia Química da FEUP.

1. Financiamento da Ciência em Portugal

O Relatório sectorial apresenta no ponto 1.3 , pg 8 um gráfico (fonte _ FCT 2008) com a distribuição do financiamento da FCT.

- a) Seria bom ver a distribuição actual pois entretanto foi lançado o Programa Ciência 2008.
- b) Imagino que no sector “Instituições de I&D” se incluem os Laboratórios Associados e então uma grande fatia desse sector vai para Recursos Humanos (Investigadores Auxiliares).

A conclusão de que “devemos caminhar para financiamentos que têm por objectivo o projecto e não a instituição, porquanto os primeiros são avaliáveis mas os segundos não o são” é baseada em falsos argumentos.

De facto é falso que as Instituições não sejam avaliadas: as Unidades de I&D têm sido avaliadas de 3 em 3 anos (a última avaliação decorreu após um período maior) e essa avaliação determina o financiamento base da Unidade de I&D.

A proposta de diminuir essa rubrica é a meu ver desastrosa e pulverizadora. Faz lembrar o tempo em que se aceitavam Unidades de I&D com um investigador para passados alguns anos se procurar eliminar Unidades de I&D sem massa crítica.

Podia contra imensas histórias de áreas de I&D, iniciadas sem apoio de projectos, e em resultado desse financiamento base. Um exemplo: quando decidi avançar na área de Engenharia de Perfumes com um pós-doc Dra Vera Mata fizemos um investimento inicial num equipamento de GC-MS antes de ser submetido um projecto que só foi aprovado à segunda tentativa. Se não existisse esse financiamento base essa área de I&D em que o LSRE ganhou alguma visibilidade nunca teria arrancado. E dessa actividade foi gerada uma spin-off I-Sensis.

Parece-me que o mais importante a fazer com os recursos existentes é assegurar:

- i) Avaliação atempada de Unidades de &D e Laboratórios Associados por painéis competentes e decisões em tempo útil; não faz sentido que 9 meses após um contrato de 5 anos o LA esteja ainda sem saber o financiamento para o próximo quinquénio;*
- ii) Financiamento estável com pagamentos em devido tempo*
- iii) Abertura de projectos com base annual*
- iv) Programa de re-equipamento com periodicidade adequada (os 2 últimos tiveram intervalo de 10 anos!).*

2. Carreiras e Oportunidades de trabalho científico: obstáculos e soluções

Este relatório tem uma análise interessante de 3 questões específicas sobre os obstáculos que dificultam a contratação de pessoas com qualificações científicas por PME e n/PME, o aparecimento de empreendedores e sugestões para remover os obstáculos anteriores.

Sendo um texto genérico, que compreendo, tem alguns enunciados que não acompanho na totalidade. Por exemplo na pg 22 “ Instituições de I&D, em geral, são a continuação do sistema universitário vigente e possuem muitas das suas características. O enquadramento profissional de doutorados neste tipo de instituições é expedito e natural, embora outras questões se levantem....”.

De facto a criação de Laboratórios Associados e Programas Ciência 2007 e Ciência 2008 permitiram integrar um número de jovens doutorados a prazo de 5 anos. **Mas não foi devidamente considerada a “integração” posterior para os “melhores” quer nas Universidades , quer nesses LA.** De facto ao contrário das Bolsas Ramon y Cajal em Espanha onde a Universidade se compromete a absorver esses investigadores, em Portugal o que resta é a porta de saída (por restrição da lei laboral que determina vínculo permanente num novo contrato após 5 anos com a mesma organização).

Mesmo a ocupação dum lugar de Professor Auxiliar convidado a 30% por parte dum Investigador Auxiliar após o contrato de 5 anos enfrenta obstáculos jurídicos pois há o entendimento que o investigador poderá então exigir um vínculo permanente.

Este problema existe para LA sediados em Universidades e no meu entender estamos a desperdiçar elementos valiosos capazes de atrair projectos europeus (até agora nem o tempo deles é considerado no financiamento de projectos europeus por estarem na região Norte e supostamente o seu salário já ser em parte de origem comunitária).

A porta de saída que refiro acima pode ser a ida para empresas (PME ou grandes empresas) e o dito trabalho independente. Na experiência do LSRE vi dois exemplos de empreendedorismo resultantes de I&D aqui desenvolvida: I-Sensis (onde estão 1 antigo pós-doc e um doutorado em Engenharia de Perfumes) e Fluidinova. **Seria interessante ver a percentagem dos doutorados, por exemplo do MIT, que se tornaram empreendedores para termos uma referência do número que se poderá atingir.**

No final do relatório existe um quadro (**secção 2.3 Obstáculos identificados e sugestões**) onde no ponto 4. **Contratação por empresas de grandes dimensão se diz “Não existem” obstáculos à contratação de doutorados.** Acredito que nalguns sectores (TI...) isso seja verdade. Mas na área da Engenharia Química gostava de saber, a título de exemplo, quantos doutorados existem na GALP? A realidade é que estamos a formar engenheiros químicos e doutores para exercer actividade no exterior... Os exemplos abundam, pode ser salutar, mas é triste ver o País e as empresas nacionais não aproveitarem os Recursos Humanos existentes. Portugal sofre, ao contrário da Holanda, por não ter nesta área 3 ou 4 grandes empresas dinamizadoras e capazes de absorver doutorados. Ou se tem essas grandes empresas (GALP, Portucel...) elas não têm (creio) absorvido doutorados. Porquê? Serão obstáculos “culturais”? Talvez...

Lembro-me de outra história. Há muitos anos um colega de curso telefonou-me perguntando se tinha algum doutorado para a empresa dele... e pouco tempo depois estavam lá dois. Isso aconteceu porque nessa empresa (joint venture com americanos na altura) o parceiro Americano terá perguntado se não havia gente com doutoramento em Portugal; daí o telefonema e contratação. Depois vim a saber que chamou a atenção do meu colega gestor o facto dos doutorados terem uma capacidade de integração muito rápida e a sua preocupação em como garantir depois que eles se sentissem confortáveis no trabalho (gestão de expectativas...).

3. Avaliação de investigadores, de entidades de investigação, de projectos de candidaturas a bolsas.

A metodologia proposta para a avaliação de projectos de I&D merece o meu apoio. Num anterior Conselho Científico da FCT tentei implementar essa metodologia na área de Engenharia Química e creio que nas outras áreas das Ciências de Engenharia. É a posição que defendo mas para mim não é claro qual o modelo seguido actualmente pela FCT. Os investigadores recebem uma avaliação por vezes ilegível e a possibilidade de recurso é uma farsa. De facto foram agora publicados resultados dos projectos 2009 sem que fossem conhecidos os resultados dos recursos dos projectos 2008. Acho que é melhor dizer simplesmente que não há recursos ...mas pelos vistos a legislação (?) a tal obriga.

No tema Reequipamento são considerados 3 pontos na pg 37 que são irrealistas. Os relatores consideram custo relativamente reduzido (inferior a 125 Keuro) mas a realidade de financiamento de projectos nacionais mostra aque este ponto é surrealista!

4. Investigação nos Institutos Politécnicos, tipo de investigação, metodologias, objectivos

Acho importante debater este assunto. O LA- LSRE desde há muitos anos criou um polo de I&D no IP Bragança (ao tempo do seu Presidente Prof Dionísio Gonçalves), e há teses integralmente desenvolvidas nesse polo, supervisionadas por docents doutorados do IPB (apesar de defendidas na FEUP). Sei que o tema é controverso e há colegas que defendem não ser esse o foco do ESP. Julgo todavia que a nossa experiência com o IP Bragança é positiva e deverá ser estendida em breve ao IP Leiria.

Já agora um reparo: no ponto 4.4 referem-se um conjunto limitado de áreas e Escolas que poderiam conceder o grau de Doutor. Não aparece na lista o IPB que na área de Engenharia Química teve o seu mestrado aprovado e tem um polo pertencente a um LA (LSRE)...Foi certamente um lapso.



Porto, 9 de Setembro de 2010

Alírio E. Rodrigues